

Jornal Cidadela

EDIÇÃO Nº 1229 | JOAÇABA -SC, SEXTA-FEIRA 11 DE JULHO DE 2025 | E-MAIL: cidadela@uol.com.br | FONE/WHATS: (49) 9 9980-0604



Tarifaço: Indústria e Comércio pedem mais Diplomacia e menos Ideologia Página 2



Nova regra da Receita Federal é considerada retrocesso por entidades

Comando de Polícia Militar Rodoviária registra recorde de apreensões de drogas no 1º semestre de 2025

Governador Jorginho Mello lidera criação da Ferrosul



Tarifaço: indústria e comércio pedem mais diplomacia e menos ideologia

Por Agência Brasil

A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo entende que o confronto levará a prejuízos incalculáveis para a Nação

O anúncio de tarifas da ordem de 50% para importação de produtos brasileiros pelos Estados Unidos (EUA), feito na quarta-feira (9) pelo presidente Donald Trump, repercutiu entre entidades empresariais brasileiras que, em linhas gerais, pedem mais diplomacia e menos ideologia.

O Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) considerou a decisão do presidente americano o resultado de um “embate” entre Trump e o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, que não tem argumentos que a justifiquem.

“[A decisão] ultrapassa os limites da diplomacia ao utilizar a questão tarifária como instrumento de disputa pessoal e ideológica”, diz nota da entidade.

“Faltam argumentos concretos em favor dos EUA para uma tarifa de 50% nas importações do Brasil.”

A entidade lembrou que a justificativa de Trump de que a balança comercial entre os dois países é desfavorável aos Estados Unidos não procede.

“Apenas na última década o superávit a favor deles foi de US\$ 91,6 bilhões no comércio de bens. E se incluído o comércio de serviços, o superávit dos EUA chega aos US\$ 256,9 bilhões”.

Horas após a carta de Trump, o presidente Lula defendeu a soberania do país e disse que o tarifaço de Trump será respondido com a Lei de Reciprocidade Econômica.

Em uma linha semelhante, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) criticou o que seriam “razões

não econômicas” para a quebra de um regramento comercial e direito internacional”.

A entidade sediada na Avenida Paulista destacou ainda que a “soberania nacional é inegociável”, entendendo que o momento pede negociação.

“Com serenidade, a partir de fatos e estatísticas verdadeiras, é de interesse comum às empresas brasileiras e americanas, que sempre foram bem-vindas ao Brasil.”

Também em nota e na mesma linha, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) defendeu a via diplomática para dirimir conflitos e chegar a uma conclusão.

“A Firjan defende a intensificação da atuação diplomática e paradiplomática em diversos níveis para construção de uma solução negociada.”

A entidade do Rio de Janeiro também destacou o histórico da relação diplomática bilateral entre os dois países.

“Brasil e Estados Unidos mantêm um longo histórico de relações mutuamente benéficas, parcerias econômicas e industriais salutares e voltadas para a promoção dos negócios.”

Especificamente para a situação do Rio de Janeiro, a Firjan lembrou que os Estados Unidos são um parceiro estratégico do estado e um importante “player” na balança comercial, “investindo em importantes setores da economia fluminense como energia, bens manufaturados e os de alto valor agregado”.

Para a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) é necessário diálogo com “serenidade e

responsabilidade” nas relações comerciais internacionais.

“A Fiemg entende que eventuais medidas de retaliação devem ser avaliadas com cautela, uma vez que podem trazer prejuízos significativos à sociedade brasileira e ao setor produtivo como um todo. Este é o momento de reavaliar posicionamentos, reconsiderar decisões e buscar soluções por meio do diálogo com esse parceiro estratégico”, concluiu o comunicado da entidade mineira.

A Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit) também citou a diplomacia e a importância de se acionarem canais diplomáticos e institucionais “para restabelecer o ambiente de confiança e previsibilidade que sempre caracterizou a relação bilateral” entre o Brasil e os Estados Unidos.

“Medidas unilaterais e intempestivas não servem aos interesses dos brasileiros ou dos estadunidenses, que compartilham valores democráticos, forte intercâmbio comercial e cultural, e aspirações comuns de desenvolvimento econômico e social”, complementou o comunicado.

A Associação Brasileira de Rochas Naturais (Centrorochas) demonstrou preocupação com a desvantagem competitiva que o Brasil enfrentará frente a outros fornecedores internacionais com tarifas inferiores, e citou Itália, Turquia, Índia e China.

“A Centrorochas está monitorando a situação e dialogando com autoridades brasileiras e parceiros institucionais para buscar soluções que minimizem os impactos da medida, assegurem a previsibilidade

das relações comerciais e preservem o espaço do Brasil no mercado norte-americano”, finalizou a nota da entidade.

A Câmara Americana de Comércio para o Brasil (AmCham) considerou que as medidas dos Estados Unidos tem potencial para causar impactos severos sobre empregos, produção, investimentos e cadeias produtivas integradas entre os dois países.

“A Amcham Brasil — que há mais de um século atua pelo fortalecimento dos laços econômicos entre os dois países — conclama os governos a retomarem, com urgência, um diálogo construtivo. Reiteramos a importância de uma solução negociada, fundamentada na racionalidade, previsibilidade e estabilidade, que preserve os vínculos econômicos e promova uma prosperidade compartilhada.”

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomércioSP) classificou como “inadmissível” a decisão de Trump e ressaltou que ela fere os “princípios elementares” do comércio internacional e penaliza empresas comprometidas com o crescimento econômico do país.

Como as demais, a entidade do setor de comércio e serviços apelou para a necessidade de diálogo entre os dois países.

“A FecomercioSP considera inadmissível que decisões estratégicas e de alto impacto sejam tomadas à margem do diálogo diplomático e da construção de consensos. A ruptura de pontes comerciais não apenas compromete as cadeias produtivas, como também deteriora o ambiente de confiança entre nações e a disposição das empresas para

investir, gerar valor e ampliar trocas no mercado internacional”.

A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp) apontou o que seria a “falta de assertividade e visão da diplomacia brasileira em antecipar e negociar medidas que afetam diretamente setores estratégicos da economia nacional”, sem criticar a postura unilateral dos Estados Unidos.

“Há espaço para que o governo consiga se articular, por meio do seu corpo diplomático, de técnicos de ministérios estratégicos, como da Agricultura e Agropecuária e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, e executivos de empresas que tenham forte representação no território nacional. Entendo que o confronto levará a prejuízos incalculáveis para a Nação”, completou a nota da entidade.

A Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC) também criticou o unilateralismo da decisão do presidente dos Estados Unidos.

“A medida, comunicada de forma unilateral, representa um grave retrocesso nas relações comerciais entre os dois países que pode gerar impactos extremamente negativos e relevantes para toda a cadeia produtiva do café brasileiro, comprometendo a competitividade das exportações e pressionando os custos operacionais em um momento de reorganização do mercado global”.

A entidade ressaltou que os Estados Unidos são o maior consumidor de café do mundo: “E dependem dos países produtores de café, como o Brasil, para abastecer seu mercado interno. Apostamos muito na diplomacia do nosso país”.

Jornal Cidadela

RAZÃO SOCIAL: JORNAL E PORTAL CIDADELA LTDA - CNPJ/MF: 08.955.145/0001-58

Ofício do Registro Civil, Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos nº 038 Livro B-02, fls. 007

SEDE: JOAÇABA - SC. - E-mail: cidadela@uol.com.br - Fone/WhatsApp: 55 (49) 9 9980-0604

Endereço: Trav. Armino Haro, 51, - Bairro Cruzeiro do Sul - JOAÇABA - SC - CEP 89600-000

Editor Responsável: Mário Serafin - Registro SC 1671 - JP

EDIÇÃO Nº 1229 - SEXTA-FEIRA, 11 DE JULHO DE 2025

Distribuição correio eletrônico: 4.000 directs

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores



O povo quer saber e ... perguntar não ofende! Ou ofende? IOF, IA, BRICS...

Por *Euclides Riquetti**

Fui entregar umas cargas de lenha. Sou professor aposentado, lecionei Inglês, Português, Italiano e suas literaturas. Agora sou escritor, componho poemas e redijo crônicas, e corto lenhas. No domingo, entreguei um metro de lenha de eucalipto consistente, picada. Na segunda, duas de roletes. Tenho uma freguesia firme, muitas encomendas. Mas o assunto aqui não é propagandear minha produção de lenhas, a árdua tarefa de retirar da pequena floresta, serrar, carregar, descarregar, rachar com machado, recarregar e fazer a entrega, (para uma operação completa, vão de 10 a 12 horas), mas sim as conversas que tenho com meus fregueses. Agora ninguém mais fala em freguês, mas em cliente. Mas é tudo a mesma coisa.

O que me surpreende, na toada, são as histórias que me contam. Me encanta fazer entrega para pessoas idosas, que alimentam seus fogões no inverno, ou para algumas lareiras. Noninhos e noninhas gostam de fogão acionado com lenha, combustível natural. A casa fica aquecida e isso custa menos do que distribuir aparelhos de ar-condicionado pela casa. Na entrega de domingo, aqui na cidade alta, recebi um cheque pré-datado. Na segunda, um cheque bom para o mesmo dia, no Bairro Menino Deus, para um senhor de mais de oitenta anos. O que me vale e conta muito, nessas entregas, é a conversa que estabeleço com as pessoas. A gente vai descarregando a lenha, conversando, falando (bem) sobre amigos em comum, e continua por mais uma meia hora. Papo saudável e saudosista, mas uma verdadeira terapia. Sim, ainda tem gente que usa talonário de cheques. Não querem ter dinheiro em

casa e não confiam em pix, de jeito nenhum. Em todas as minhas conversas, nas compras em mercados e outras atividades, converso com pessoas de todos os quilates culturais, econômicos e sociais. Alguns me lergungtam: “O que é esse tal de Ioefe, de que falam tanto?” Essa IA, que dizem que falsifica pessoas e até ressuscita falecidos?” “E o tal de briques, é o quê? Não é uma daquelas bodegas em que compram e vendem coisas usadas?”

Existe um mundo real, tradicional, que dizem que é habitado por seres analógicos. São pessoas que fazem fogo em fogão a lenha, varrem as peças da casa com vassouras, fazem comida deliciosa em panelas de ferro, barro, ou de alumínio. E um mundo também real, que é aquele que envolve pessoas que dizem serem adeptos do virtual ou digital. Têm robôs que são programados para andar pela casa e fazer limpeza. Pessoas idosas têm dificuldade para lidar com isso. Ganham de presente dos filhos ou netos, mas precisam de muito esforço para aprenderem a usar. Vivo nos dois mundos, me equilíbrio nos dois, sobre o primeiro aprendi na vivência diária. Sobre o outro, na insistência em manusear computador, notebook e telefone celular. Estes me conectam, me permitem mandar meus poemas e crônicas para pessoas que me seguem em todos os continentes do mundo. Esse brique, que nada compra e nada vende, aconteceu no Rio de Janeiro nos dias 6 e 7 de julho. Não vou dizer que foi um fracasso, mas quase. Os principais atores, presidentes da Rússia e China, não vieram. E o discurso do Presidente do Brasil, analógico, com a mesma retórica de sempre. É muita

reunião no mundo, para pouco resultado prático. O meu real é rachar lenha e sofrer dores nos meus braços à noite... Agora é tempo de aumento no preço da carne, principalmente a bovina. Muita chuva, depois frio, e oito dias contabilizados com geadas. Pastagens inundadas e raquícas. Trato comprado, custo elevado. Carne de boi, laticínios e óleos vegetais com preços subindo. Agora, dias de sol, tempo de esperanças. Mas anime-se, o preço do açúcar e do café caiu um pouco.

Sem barulho, com investimentos pontuais

– É assim que vejo a administração de Wilson Sartori e Jorge Dresch. Na terça, recebemos o Jorge na sede de nossa AMB JCA, entidade de que sou presidente. Temos uma diretoria composta por gente experiente e dedicada. Tomamos conhecimento, na ocasião, de que a Prefeitura vem adquirindo terrenos em pontos estratégicos de Joaçaba. Aqui perto da APAE, vamos ter altos investimentos. Agradecemos!

Euclides Riquetti – Escritor – www.blogdoriquetti.blogspot.com



Nova regra da Receita Federal é considerada retrocesso por entidades

Instituições como Sesc, Senac, CNA, CNSeg, CNSaúde, Fin e CNI lançaram uma carta conjunta destinada ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para expressar preocupação com a alteração

Entidades de todo o País se mostraram preocupadas e consideraram um retrocesso a decisão da Receita Federal do Brasil de divulgar a Nota Técnica 181/2025, da Cocad (Coordenação-Geral de Gestão de Cadastros), estabelecendo as orientações de acesso e as funcionalidades do novo ambiente de trabalho (Módulo AT) da REDESIM, em relação às solicitações de registro de pessoas jurídicas.

Uma série de instituições como Sesc, Senac, CNA, CNSeg, CNSaúde, Fin e CNI, lançaram uma carta conjunta destinada ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para expressar preocupação com a alteração e se colocar à disposição do ministro para debates sobre o tema (leia ao fim deste texto).

Já para a presidente da Federação Nacional das Juntas Comerciais (Fenaju), Gregória Benário Lins e Silva, a decisão unilateral da Receita desconsidera o fluxo aprovado no GT Sistemas do CGSIM,

“Essa decisão desprestigiaria o que havia sido deliberado no colegiado interfederativo, que conta com representantes dos estados e municípios. Caracteriza possível ofensa ao pacto federativo”, destacou Gregória.

Além disso, destacou a presidente da Fenaju, a mudança implementada viola



a linearidade do processo da Redesim e cria uma etapa nova, fora do fluxo, para a coleta da opção tributária, o que pode muito bem ser feito dentro do fluxo, conforme deliberação do colegiado que havia contado, inclusive, com a aprovação da Receita Federal.

Para ela, a mudança necessária para adequação a reforma tributária pode ocorrer dentro do fluxo aprovada no GT Sistemas contempla a opção dentro do fluxo da Redesim, sem que haja interrupção e necessidade de abertura de novo processo junto a Receita Federal para obtenção do CNPJ.

“Na prática isso significa um grande retrocesso no registro de empresas, retornando a uma situação de mais de uma década atrás, quando o empresário, depois de obter o registro do ato societário na junta comercial, terá de iniciar um novo procedimento junto a Receita Federal para obtenção do CNPJ, o que fatalmente aumentará o tempo de abertura de empresas”, disse Gregória, lembrando que hoje é possível abrir uma empresa

em apenas um dia.

“Espera-se que a Receita Federal reconsidere o seu posicionamento e observe a deliberação tomada no colegiado da Redesim, respeitando assim não só os membros do CGSIM, como o cidadão brasileiro”, completou.

Confederações lançam carta conjunta

Confederações como Sesc, Senac, CNA, CNSeg, CNSaúde, Fin e CNI lançaram uma carta conjunta destinada ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para expressar preocupação com a alteração e se colocar à disposição do ministro para debates sobre o tema.

“As mudanças propostas, embora compreensíveis em seus propósitos de modernização e integração tributária, suscitam apreensão quanto à sua viabilidade técnica e operacional, além de potenciais efeitos adversos sobre o ambiente de negócios no país”, diz a carta.

Segundo o texto, os

principais pontos de alteração são (a Gazeta manteve a forma original como a carta foi escrita):

1. Nova Etapa Obrigatória na Inscrição do CNPJ - Passará a ser exigida, já no ato de registro, a definição do regime tributário da empresa (Simples Nacional ou regimes oriundos da reforma tributária). Tal obrigatoriedade antecipa decisão estratégica que, atualmente, conta com o prazo de até 30 dias após a inscrição no CNPJ.

2. Aumento da Burocracia e Potencial Atraso na Liberação do CNPJ - A obtenção do número de CNPJ ficará condicionada ao preenchimento de novos questionários no Portal Redesim – instrumentos que, até o presente momento, não foram integralmente divulgados. O prazo médio atual de RIO DE JANEIRO Av. General Justo, 307 – Centro | +55 21 3804.9200 +55 21 2544.9279 | Cep: 20021-130 BRASÍLIA SBN Q1 Bloco B, n.º 14, Edifício CNC – 15º ao 18º andar | +55 61 3329.9500 +55 61 3329.9501 | Cep: 70041-902 www.cnc.org.br até dois dias úteis para abertura de empresas poderá, assim, sofrer dilatações consideráveis.

3. Fragmentação do Fluxo Processual - A introdução dessa nova etapa implicará a transição obrigatória entre os sistemas das Juntas Comerciais e o Portal Redesim, rompendo com a integração gradual e bem-sucedida que se construiu nos últimos anos entre os órgãos envolvidos.

4. Prazo Exíguo para

Adaptação Tecnológica das Juntas Comerciais - Até o momento, nenhuma das 27 Juntas Comerciais estaduais e a do Distrito Federal declarou estar apta a adequar seus sistemas dentro do cronograma previsto. Os entes federativos consideram o prazo estabelecido pela Receita Federal tecnicamente inexecutável.

5. Manifestação Institucional e Pedido de Revisão - O Convênio Redesim Conectada já encaminhou ofício à Receita Federal solicitando a revisão do cronograma de implementação, alertando para os riscos iminentes de retrabalho, insegurança jurídica e elevação significativa da burocracia para os empreendedores brasileiros.

“Diante do exposto, e considerando os impactos diretos sobre a dinâmica do empreendedorismo nacional – notadamente no que se refere às micro e pequenas empresas –, solicitamos a especial atenção de Vossa Excelência para a urgência de articulação junto aos órgãos competentes, no intuito de reavaliar o escopo, os prazos e os meios de implementação do novo módulo”, concluiu a carta conjunta.

As confederações afirmaram, ainda, que se colocam à disposição para uma construção conjunta de um posicionamento institucional, reafirmando o compromisso “com a simplificação, a previsibilidade normativa e a segurança jurídica nos processos de registro e formalização empresarial no Brasil”.



INTERATIVA CONTABILIDADE

ABERTURA DE EMPRESAS - ESCRITA FISCAL - CONTABILIDADE - IMPOSTO DE RENDA
- DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - CONTABILIDADE GERENCIAL - CUSTOS

FONE: (49) 3521-2672 - Rua Getúlio Vargas, 78 - Ed. Bonato - Centro 89600-000 - Joaçaba - SC.

MPSC denuncia médico na morte de paciente na realização de tatuagem em SC

Profissional teria aplicado anestesia geral sem exames prévios em homem que faria o procedimento nas costas. Ministério Público aponta quebra de protocolos médicos e pede reparação de danos.

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) denunciou um médico de 34 anos pela prática de homicídio culposo, após a morte de um paciente durante a realização de uma tatuagem com anestesia geral, em Itapema, no mês de janeiro deste ano.

De acordo com a denúncia oferecida pela 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itapema, o médico teria agido com negligência ao aplicar anestesia geral em um homem de 45 anos, que faria uma tatuagem nas costas, sem realizar consulta prévia ou exigir exames clínicos obrigatórios, como eletrocardiograma e radiografia de tórax - condutas recomendadas para pacientes com histórico de hipertensão e idade superior a 40 anos.

A vítima sofreu uma parada cardiorrespiratória logo após a aplicação da anestesia, vindo a óbito no local. O médico teria conhecido o paciente apenas no momento do procedimento, o que, segundo a Promotoria de Justiça, viola normas técnicas estabelecidas pelo Conselho Regional de Medicina de SC.

"Na última sexta-feira, dia 4, foi realizada audiência para proposta de acordo de não persecução penal, mas o médico optou por não aceitar os termos sugeridos pelo Ministério Público. Diante disso, não restou alternativa senão o oferecimento da denúncia", explicou o Promotor de Justiça Leonardo Fagotti Mori.

Com base nos laudos periciais e nos depoimentos colhidos durante o inquérito policial, o Ministério Público requereu o prosseguimento da ação penal, com a citação do denunciado, a realização de audiência e, ao final, sua condenação e a reparação dos danos causados à família da vítima.

Ricardo Godói sofreu parada cardíaca durante anestesia

A vítima sofreu uma parada cardiorrespiratória logo após a aplicação da anestesia, morrendo no local. O médico teria conhecido o paciente apenas no momento do procedimento, o que, segundo a Promotoria de Justiça, viola normas técnicas estabelecidas pelo Conselho Regional de Medicina de SC.

"Na última sexta-feira, dia 4, foi realizada audiência para proposta de acordo de não persecução penal, mas o médico optou por não aceitar os termos sugeridos pelo Ministério Público. Diante disso, não restou alternativa senão o oferecimento da denúncia", explicou o promotor de Justiça Leonardo Fagotti Mori.

Com base nos laudos periciais e nos depoimentos colhidos durante o inquérito policial, o Ministério Público requereu o prosseguimento da ação penal, com a citação do denunciado, a realização de audiência e, ao final, sua condenação e a reparação dos danos causados à família da vítima.



Ricardo Godói sofreu parada cardíaca durante anestesia – Foto: Redes Sociais/Reprodução



Ricardo Godói sofreu parada cardíaca durante anestesia – Foto: Redes Sociais/Reprodução

Relembre caso de morte de influenciador em SC

Segundo a família, o Ricardo Godói teria ganhado as tatuagens em uma parceria e ele iria fechar as costas. Para evitar dor no processo, ele teria optado pela anestesia, já que outros colegas haviam feito dessa forma.

Os familiares disseram à NDTV RECORD, na época, que estavam receosos quanto a este procedimento, mas o influenciador já teria tomado essa decisão. Outra informação é que ele teria usado anabolizantes por anos, mas teria parado há 5 meses, pois a esposa estava tentando engravidar.

Pouco antes da nota de falecimento, ele informou por meio dos stories que faria uma tatuagem nas costas, minutos depois, Godói postou: "Estou nesse momento entrando em um procedimento cirúrgico, só volto após às 16h".

Cerca de 10 horas depois, o perfil postou a nota de falecimento: "É com profundo pesar que comunicamos o falecimento de Ricardo Godói às 12h".

Segundo a Polícia Civil, o laudo pericial apontou que ele tinha hipertrofia no coração (desenvolvimento excessivo do músculo). Na certidão de óbito, as causas da morte são paradas respiratória e cardíaca devido ao uso de anabolizantes.

Especialista aponta possíveis riscos de procedimento

Na época da ocorrência, o portal ND Mais conversou com um especialista para compreender os possíveis riscos que o procedimento anestésico poderia trazer no caso de Ricardo Godói.

Segundo o cardiologista Raphael Boesche Guimarães, reações alérgicas, instabilidade cardiovascular e complicações graves, como paradas cardiorrespiratórias, podem ocorrer mesmo em pacientes saudáveis.

"Esse é um procedimento que deve ser feito exclusivamente em ambientes controlados, com monitoramento contínuo e equipe treinada para responder prontamente a complicações", explica.

O médico ressalta que a anestesia geral para tatuagens, embora não seja proibida, deve ser tratada com extremo rigor. Nesses casos, a consulta pré-anestésica é essencial para avaliar os possíveis riscos.

Godói tinha hipertrofia no coração

O exame pericial atestou que o influenciador tinha hipertrofia no coração, que é o crescimento anormal de um músculo. Conforme confirmado pelo delegado responsável pelo caso ao ND Mais, o laudo médico de Godói utiliza o termo HVE (Hipertrofia Ventricular Esquerda) para classificar a condição sofrida pela vítima.

Na certidão de óbito, as causas da morte são paradas respiratória e cardíaca devido ao uso de anabolizantes. A família confirmou que ele já utilizou a substância, porém o influenciador teria parado 5 meses antes do procedimento.

O uso de anabolizantes busca a hipertrofia, ou seja, o aumento muscular. Em conversa com o ND Mais, o médico anestesista Ricardo Zanlorenzi disse que existem medidas que devem ser adotadas quando um paciente apresenta a condição.

"A partir desse grau, a gente vai utilizar monitores mais invasivos, vai mudar as doses das medicações e até mesmo contraindicar alguma anestesia. Mas temos que saber que o paciente usa para conseguir investigar", completou.



Por Neusa Maria Breda

Raivei!

1- Chega a dar raiva!

O vice-presidente Geraldo Alckmin sancionou hoje o projeto de lei que proíbe reduzir a pena para crimes de violência sexual tais como o estupro contra a mulher!

Pelo que me consta as penas poderiam ser diminuídas para qualquer tipo de crime desde que fossem cometidas por pessoas com 21 anos ou 70 anos no momento da condenação, que já é um abuso e salvo se envolver violência contra a mulher!

Lei também estabelece que idade não poderá ser usada para reduzir o tempo de prescrição de crimes sexuais contra mulheres. Antes, o prazo de extinção da pena poderia cair pela metade, levando em conta este fator.

Para se ter uma ideia, o projeto de lei em questão foi apresentado e aprovado em 2023. Alckmin sancionou lei porque Lula estava no exterior.

Como sempre a gente perde porque vem um outro destrambelhado querendo aparecer ou ajudar a catrefa que o colocou lá!

Como se isso fosse resolver o problema, a polícia prende, o judiciário solta e mesmo quando a justiça condena o cara é solto com menos de 1/3.

Isto é só pra inglês ver. Eta mundo bom... para alguns!

2- Congresso envia R\$ 31,6 mi em emendas para festas!

A turma do Congresso foi aproveitar as festas Juninas em seus redutos. A gente não é contra ir para seus redutos mas precisam ficar tanto tempo por lá?

Este pessoal recebe muito bem. Tem que mostrar serviço, atuar de forma consciente e responsável e não tirar férias de qualquer jeito. Mas alguns ainda fa-

zem um faz de conta como viajar para Portugal participar do Fórum Jurídico agora dirigido pelo filho de Gilmar Mendes e depois descansam até 31 de julho. Tudo deve ser postergado.

Vamos começar pela CPMI para investigar as fraudes dos descontos do INSS que deve ser instalada em agosto porque afinal ninguém é de ferro e o governo fica aliviado também por causa do reajuste do IOF.

Mesmo tendo prioridades o governo com estas paradas como o projeto de lei que isenta de pagamentos de imposto de Renda aos que recebem até R\$ 5 mil reais mensais bem como a regulamentação da reforma tributária que está lá desde fevereiro deste ano devem esperar.

Neste último caso será que está demorando?

3- Chega, por favor.

Já cansamos! Nós, reles mortais, estamos cansados da polarização. Os eleitores, cada vez mais exigentes, querem mais do que a simples disputa ideológica mas querem sim debater os pros e contras, atuar com vontade, mostrar os pros e contras.

Estamos cansados da mesmice!

Chega de Lula e Bolsonaro mesmo porque os dois, tanto Lula quanto Bolsonaro estão piorando a cada dia e passa a ponto de desgastarem suas imagens.

E a opinião pública já vem sentenciando: para 2026, nem Lula, nem Bolsonaro.

Diríamos: Obrigado Senhor por nos livrar destas encrascas. O eleitorado pede novos nomes mesmo porque a gente cansa da mesmice, da atuação ruim, das baboseiras dos dois.

Tudo se torna pior quando um outro destrambelhado resolve entrar na briga! Ainda ontem o que parecer ser dono do mundo, Trump

aparece defendendo Bolsonaro, falando em perseguição e achando que todos nós, inclusive o filho número dois ou três, são inocentes em tudo! Vamos todos aplaudir o anta do Trump.

Leva a que? A nada!

Isto é apenas para quem acha que este senhor é gente boa, coerente, responsável!!! Quem escutar 5 minutos do que fala já entende o que é!!! O que nos leva a acatar o que o destrambelhado de lá vai atuar no nosso destrambelhado daqui?

Não sei mas sei que não vale a pena. Do outro lado o outro daqui diz as baboseiras de sempre e a gente muda de foco porque não serve o que diz para nada. Agora mesmo na TV escutei que dinheiro Público foi usado para financiar campanhas e é ilegal. Começou hoje? Tirar dinheiro das emendas para outros pontos? Que coisa séria!!!

Sinceramente não é de hoje! Apenas fazem de conta que é novidade! Vamos voltar a Lula mesmo porque Bolsonaro não tem como pensar em eleição.

Se verificarmos as pesquisas mostram sucessivas quedas na aprovação no atual mandato de Lula, que não conseguiu repetir os bons resultados do passado e o eleitor não esquece e não perdoa o que efetivamente aconteceu como se nota: 66 por cento apenas 32% apoiam Lula para disputa; um percentual baixo que mostra uma mudança importante no comportamento do eleitor.

Isso porque, até pouco tempo, apesar da baixa aprovação do Governo, Lula vinha se mantendo com bons desempenhos nas pesquisas em relação a todos os possíveis candidatos da direita. De algum tempo para cá, no entanto, essa lógica mudou. Agora os dados revelam que o petista está tecnicamente empatado com nomes como os do

governador Tarcísio de Freitas, da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e do governador Ratinho Júnior.

Se por um lado Lula não encontra apoio dos eleitores, por outro lado Jair Bolsonaro também não está em seus melhores dias.

No total, 65% dos brasileiros são da opinião de que o ex-presidente deve abrir mão de concorrer e apoiar outro candidato. Parte disso se deve ao fato de ele estar inelegível até 2030, fato que inegavelmente respinga na imagem que construiu no passado e que agora não se sustenta.

Pesquisas são um retrato do momento, isso é inegável. Mas as pesquisas nos revelam tendências. Esquerda e direita precisam agora ter inteligência para fazer a interpretação estratégica daquilo que os dados estão nos revelando: o humor do eleitorado mudou. Um fato que não pode ser ignorado.

4-Tinha que ser ele!

Na semana passada, Lula aproveitou a viagem para o encontro do Mercosul, em Buenos Aires, para visitar a ex-presidente Cristina Kirchner, condenada e presa por corrupção envolvendo empreiteiras.

Na realidade recebeu propina ao favorecer amigos e empresários em mais de cinquenta e uma licitações e outras benesses.

Ficou muito bom para Lula aparecer como amigo desta catrefa. Na realidade a gente escolhe o que nos é interessante. Já sabemos a muito tempo qual é a alegria de Lula.

Lula estava radiante diante desta senhora! Parece que não entendeu o ocorrido ou é burrice mesmo!

Ao não se preocupar com a soberania argentina, mostrou-se solidário ao movimento que acusa o Judiciário do país vizinho de perseguir a aliada.

Lula se deixou fotografar

enquanto segurava um cartaz que pedia “Cristina livre” e endossava a narrativa de perseguição política empreendida pela aliada contra os tribunais.

Nesta segunda, o petista criticou Donald Trump, o presidente dos Estados Unidos, por fazer algo semelhante.

Pimenta nos olhos dos outros é colírio! Experimenta diferente para ver!

Até parece que um copia o outro. Acreditem ou não Trump, a exemplo de Lula, decidiu sair em defesa de um aliado que se diz vítima de perseguição judicial.

Pouco sutil, é verdade, o presidente dos Estados Unidos chamou o processo do Supremo contra Jair Bolsonaro de “caça às bruxas” e pediu: “Deixem Bolsonaro em paz”. LULA não gostou. E daí?

5- Que mundo é este?

O que leva policial militar jogar um menino de 15 anos de cima de uma ponte? Gente está ficando difícil!

Imagine um de nós que verifica que nosso filho não chegou em casa e passa das quatro da manhã. A gente sabe que acabou o sono e chegou a angústia.

Quando a espera se prolonga tudo piora e muito pior é descobrir que o corpo do menino foi encontrado na praia de Vitória e a causa da morte foi afogamento. Não sabia nadar.

Verificando as Câmaras de segurança verificou-se que a viatura da polícia parou no meio da ponte e jogam algo no mar algo. Este algo que era uma pessoa tentou nadar.

Mais triste é ver uma mãe chorar e nada pode fazer.

Independente do que digam é uma dor que nunca se acaba!

Seja quem for, independente do que fez, é uma vida que não volta mais e que deixará lembranças e saudades para toda vida.

Impossível aceitar! Ótimo final de semana a todos. Grande a afetuoso abraço e até a próxima!

Ao escolhermos acreditar em um mundo melhor, nos tornamos agentes da mudança e construtores do futuro que queremos ver.

Conexão Facisc:

Acioc participa de plenária regional Meio Oeste

Na terça-feira (8), representantes da Associação Comercial e Industrial do Oeste Catarinense (ACIOC) estiveram em Campos Novos participando do “Conexão FACISC” e da “Plenária Regional Meio-Oeste”, ambos promovidos pela Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (FACISC).

O Conexão FACISC reuniu presidentes, vice-presidentes, diretores das associações, diretoria da Facisc e equipes das associações empresariais da região para compartilhar ideias, apresentar projetos e discutir soluções que fortalecem e conectam o sistema



associativista.

“Podemos trocar experiências, alinhar estratégias e nos inteirar das novidades lançadas em benefício dos nossos associados. Destaco uma campanha estadual que vai evidenciar a importância das ações empresariais na

representatividade e no fortalecimento das associações em todo o estado de Santa Catarina”, comentou o presidente da ACIOC, Fábio Lazzarotti.

A Plenária Regional Meio-Oeste teve como foco o desenvolvimento econômico e a saúde

regional. O evento reuniu lideranças empresariais da região, além de autoridades como o secretário de Estado da Saúde, Diogo Demarchi, secretários municipais e representantes de instituições de saúde.

Entre os temas discutidos, esteve a

necessidade de investimentos em hospitais da região, incluindo o Hospital Universitário Santa Terezinha (HUST), representado no encontro pela diretora-geral Lindamir Secchi Gadler.

“Durante a plenária, apresentamos as demandas para a conclusão da obra da Oncologia, a construção definitiva da UTI Neonatal e Pediátrica, atualmente instalada em espaço provisório, além da necessidade de uma nova torre para ampliar o número de leitos e a realização de cirurgias. Também solicitamos uma emenda de bancada para aquisição de equipamentos de imagem”, destacou

Lindamir.

Ao final do encontro, um ofício com todas as demandas apresentadas pelos representantes dos hospitais foi entregue ao secretário Diogo Demarchi.

“O papel da Associação também inclui a busca por melhorias regionais em diferentes áreas, e a saúde pública é uma delas. Agradecemos a oportunidade, a participação dos nossos representantes e dos convidados da área da saúde. Esperamos que esse momento possa se refletir em avanços concretos para a região”, finalizou Lazzarotti.

Alessandra de Barros
Jornalista



Dia dos Pais: CDL Joaçaba lança promoção “Meu Pai, Meu Herói” com R\$ 22 mil em prêmios

A Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Joaçaba deu início a mais uma grande campanha promocional. Intitulada “Meu Pai, Meu Herói”, a promoção teve início no dia 5 de julho e segue até 18 de agosto, em alusão ao Dia dos

Pais.

Serão R\$ 22 mil em prêmios, que serão distribuídos entre 19 ganhadores. Os valores dos prêmios variam entre R\$ 5 mil, R\$ 2.500, R\$ 1.500, R\$ 1.000 e R\$ 500, proporcionando aos consumidores da região a chance de serem premiados

apenas por comprar no comércio local.

Para participar, é simples: basta realizar compras nas empresas associadas à CDL Joaçaba, solicitar o número da sorte e realizar o cadastro. O sorteio acontecerá no dia 13 e o resultado será divulgado no dia 14 de agosto.

A ação valoriza o comércio da região e fortalece o vínculo entre lojistas e consumidores. A CDL destaca que a promoção é mais uma forma de incentivar as compras locais, premiando quem valoriza o que é da nossa terra.



Governador Jorginho Mello lidera criação da Ferrosul

A Ferrosul prevê a ligação ferroviária entre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul (Fotos: Roberto Zacarias / SECOM)

O governador Jorginho Mello recebeu na terça-feira, 8, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, o secretário de Infraestrutura e Logística do Paraná, Sandro Alex e o secretário de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação do Mato Grosso do Sul, Jaime Elias Verruck, para debater a questão das ferrovias dos quatro estados e ter uma ligação comum entre todos, a Ferrosul. O grupo decidiu criar uma comissão oficial para participar do debate nacional sobre a renovação das concessões ferroviárias e defender os interesses comuns. Cada estado vai indicar os representantes que vão trabalhar nos planos de ação.

“Foi decidido que nós vamos criar uma comissão técnica agora, formada pelos quatro estados, de forma legalizada. Baseada em uma carta, dizendo a intenção dos quatro governadores em trabalhar esse assunto de forma conjunta. Só assim nós entendemos que vamos de uma vez por todas fazer o assunto andar. Entendemos que isso é vital para a nossa economia. Por isso tomamos essa iniciativa”, resumiu o governador Jorginho Mello.

Por determinação de Jorginho Mello, Santa Catarina vai ser



representada pelos secretários de Estado de Portos, Aeroportos e Ferrovias, Beto Martins, do adjunto da mesma pasta, Ivan Amaral, e do secretário adjunto de Infraestrutura e Mobilidade, Ricardo Grando. Junto com os representantes dos outros estados eles vão trabalhar o mapa ferroviário dos quatro estados, aquilo que é convergente para a

comissão e definir a espinha dorsal fundamental, a Ferrosul, para o desenvolvimento ferroviário no Sul.

“Nós temos que dar relevância aqui por esse espaço importante que o governador Jorginho conseguiu construir, sem dúvida alguma, foi o convite dele para que esses estados estivessem aqui que tornou esse momento

possível. A união desses quatro estados vai mudar totalmente a nossa capacidade de negociação. Eu tenho certeza que muitos atores do setor trabalhavam com a nossa divisão e agora todos vão saber que nós temos quatro estados que são muito importantes para o país, estados que têm uma grande capacidade de desenvolvimento econômico e que vão estar unidos para discutir a malha ferroviária. A verdade é que os nossos estados não têm recebido há décadas a atenção que merece no que diz respeito a sua eficiência logística”, avaliou Beto Martins.

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, mostrou a situação da malha ferroviária gaúcha e os benefícios da união em torno do tema.

“Promovemos uma integração de visões entre os nossos estados, os três estados que integram a região Sul, somado o Mato Grosso do Sul. Porque infraestrutura e logística é crítico para a gente poder sustentar o desenvolvimento econômico. O Rio Grande do Sul assistiu ao longo das últimas décadas desativações de trechos da rede ferroviária, que significaram reduzir a funcionalidade desses trechos a 25% da malha originalmente estabelecida, de quase 4 mil quilômetros de rede ferroviária, menos de 900 quilômetros ali estão com capacidade operacional”, disse Leite.

Os governadores do Paraná Ratinho Junior e do Mato Grosso do Sul Eduardo Ridel estavam em viagens, por isso foram representados pelos respectivos secretários de Estado.

Também participaram da reunião o prefeito de Florianópolis e presidente da Federação Catarinense de Municípios (Fecam) Topázio Neto, os secretários de Estado da Fazenda, Cleverson Siewert, da Comunicação, Bruno Oliveira, o adjunto da Infraestrutura e Mobilidade, Ricardo Grando, o adjunto de Portos, Aeroportos e Ferrovias, Ivan Amaral, a secretária executiva de Articulação Nacional, Vânia Franco e o presidente da Invest SC, Renato Lacerda.

Christiano Vasconcellos
| *Secom*



SELETIVO DE INVERNO 2025 UNOESC

1º SEMESTRE GRATUITO COM BOLSAS DE 100% garantidas!*

*Confira as condições na Instrução de Trabalho nº004/DIREXEC/2025 em unoesc.edu.br

PRÊMIO ÀS BOAS PRÁTICAS DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

O Prêmio FECAM – Práticas de Excelência 2025 está com inscrições abertas até o final deste mês. O resultado das práticas selecionadas será divulgado em 11 de agosto.

A Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina (FECAM) lançou o edital do Prêmio FECAM – Práticas de Excelência 2025, que reconhecerá iniciativas de municípios, associações de municípios, consórcios públicos e dos Poderes Legislativo e Executivo Municipais do estado. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas até o dia 31 de julho, por meio de formulário online.

As práticas selecionadas serão apresentadas durante a edição deste ano do Congresso de Municípios, Associações e Consórcios de Santa Ca-



COMAC 2024/DIVULGAÇÃO FECAM

As 30 práticas selecionadas serão apresentadas no COMAC-SC 2025, que será realizado de 2 a 4 de setembro, em Balneário Camboriú

tarina (COMAC-SC), que será realizado de 2 a 4 de setembro, no Expocentro de Balneário Camboriú, e deverão estar alinhadas aos eixos temáticos da programação.

O prêmio tem como objetivo valorizar e dar visibilidade às experiências bem-sucedidas da gestão pública municipal, estimular a troca de conhecimento entre os gestores e promover a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvi-

mento Sustentável (ODS) da ONU. Os critérios de avaliação incluem impacto e resultados comprovados, criatividade, possibilidade de replicação, relevância social, envolvimento da população, caráter inovador e articulação intersetorial. Cada município poderá inscrever uma prática por área, desde que tenha sido efetivamente implementada em 2024 ou 2025 e já apresente resultados mensuráveis.

Porto de Itajaí atinge arrecadação recorde no 1º semestre de 2025

O Porto de Itajaí já ultrapassou, ainda no primeiro semestre de 2025, toda a arrecadação registrada ao longo de 2024. Em apenas seis meses, o terminal alcançou R\$89,8 milhões em receitas, superando os R\$86 milhões arrecadados durante todo o ano passado.

“Com ganhos consistentes em eficiência operacional e produtividade logística, o Porto de Itajaí reforça sua competitividade e transmite ao mercado a confiança de um terminal público em plena retomada e pronto para



Tavares Bastos: “Desempenho consolida Itajaí como um dos principais players logísticos do país”

atender às demandas do comércio exterior”, destacou o superintendente do Porto de Itajaí, João Paulo Tavares Bastos.

Segundo ele, o desempenho expressivo do porto na cadeia automotiva nacional e internacional.

um dos principais players logísticos do país, com destaque para a eficiência e a capacidade operacional em diferentes tipos de carga. Entre as operações que contribuíram para esse marco estão as movimentações que possibilitam o transporte de veículos em navios especializados. A maior operação desse tipo ocorreu com a descarga de mais de 7 mil veículos da montadora chinesa BYD e também de veículos da BMW, reforçando a atuação estratégica do porto na cadeia automotiva nacional e internacional.

Mesmo sem você saber, sua vida melhora com o BRDE.

Todos os dias, o **BRDE** gera benefícios ao seu redor. De toda a Região Sul, ele está presente em mais de 96% dos municípios, apoiando empresas de todos os setores. Para a sua cidade, o banco oferece apoio técnico, linhas de crédito e financiamentos com o programa Município Forte. São projetos e ações que ajudam você a viver melhor e seu município a se desenvolver cada vez mais.



Conheça o programa e áreas de atuação em brde.com.br

BRDE CRÉDITO PARA INOVAR E DESENVOLVER.

SEBRAE

Teajuda

Teu negócio dá certo.

Consultoria, oficina, conteúdo e apoio.





SEBRAE

sebrae.sc/teajuda

3ª edição do Joaroça atrai bom público em em Joaçaba

A terceira edição do Joaroça, realizada no sábado (5 de julho), superou as expectativas e reuniu mais muitas pessoas no Pavilhão Frei Bruno, em Joaçaba. A tradicional festa julina do município proporcionou uma tarde e noite repletas de cultura, gastronomia típica e diversão para todas as idades, marcando definitivamente seu lugar no calendário oficial de eventos da cidade.

Promovido pela prefeitura de Joaçaba, por meio da Secretaria de Comunicação, Cultura, Turismo e Eventos, o evento contou com uma programação especial, incluindo apresentações culturais das escolas da rede municipal, escolha do Sinhozinho e da Sinhazinha da festa, além de uma ampla praça de alimentação com pratos típicos preparados por entidades locais. Também não faltaram brincadeiras, área infantil com brinquedos gratuitos e muita música para animar o público.

O Diretor de Turismo e Eventos, Vinicius Carrel, celebrou o sucesso da festa e agradeceu a todos os envolvidos: “O Joaroça 2025 foi um verdadeiro sucesso. Mais de 5 mil pessoas passaram pelo evento, que mais uma vez mostrou a força da nossa cultura e o envolvimento da comunidade. Sem dúvida, essa edição consolidou o Joaroça como um evento oficial do nosso calendário. Agradecemos imensamente a todas as entidades participantes, que se dedicaram com tanto carinho para oferecer comidas típicas deliciosas e atividades para toda a família, além de todos os servidores e parceiros que fizeram parte da organização. Foi um momento de união, celebração e valorização das nossas tradições. Esse é o espírito do Joaroça.” Falou Vinicius.

As entidades participantes arrecadaram recursos por meio da venda de produtos, que serão revertidos para ações e projetos sociais desenvolvidos por cada uma delas.



Produção de grãos deve crescer 14% e chegar a 340 milhões de toneladas



A produção brasileira para a safra é estimada em 339,6 milhões de toneladas, um volume que representa aumento de 14,2% em relação à colheita do ciclo anterior.

O clima favorável, a ampliação da área plantada, maior investimento tecnológico e estímulo por políticas públicas devem levar o Brasil a uma safra recorde de grãos. A avaliação é da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), no 10º Levantamento da Safra de Grãos 2024/25, divulgado nesta quinta-feira (10), em Brasília.

A produção brasileira para a safra é estimada em 339,6 milhões de toneladas, um volume que representa aumento de 14,2% em relação à colheita do ciclo anterior.

A área cultivada no país totaliza 81,8 milhões de hectares, crescimento de 2,3% na comparação anual. E, segundo a Conab, embora o plantio das culturas de inverno - como trigo e aveia - tenha sido prejudicado por excesso de chuvas na Região Sul, os demais cultivos avançam satisfatoriamente nas diversas etapas do ciclo.

Com produtividade média recorde, a soja deve alcançar produção de 169,5 milhões de toneladas, avanço de 14,7% em relação à safra passada. O milho, somando as três safras, tem produção prevista de 132 milhões de toneladas, um crescimento de 14,3%.

Para o algodão, a produção prevista é de 3,9 milhões de toneladas de

pluma. O crescimento de 6,4% na produção reflete o aumento de 7,2% na área cultivada.

O arroz, com colheita encerrada, apresenta recuperação e deve alcançar 12,3 milhões de toneladas, alta de 16,5%. O aumento na área semeada e o bom desempenho climático, sobretudo no Rio Grande do Sul, explicam o resultado, informou a Conab.

No caso do feijão, a produção total estimada é de 3,15 milhões de toneladas, 1,3% inferior ao ciclo anterior, “mas com bom desempenho na primeira safra”, que cresceu 12,8%.

Comércio

Segundo a Conab, a recente elevação da mistura obrigatória de

biodiesel no diesel impulsiona o mercado de soja ao aumentar a demanda por esmagamento.

A expectativa é de processamento adicional de cerca de 935 mil toneladas do grão, o que eleva a produção de óleo para 11,37 milhões de toneladas e a de farelo para 43,78 milhões de toneladas, com consequente alta no consumo interno e nos estoques desses derivados. Para a soja em grão, as exportações seguem praticamente inalteradas, com previsão de 106,22 milhões de toneladas.

No milho, o forte crescimento da demanda doméstica, principalmente para a produção de etanol, deve absorver parte do aumento na oferta,

estimada em 132 milhões de toneladas.

A previsão é de que 90 milhões de toneladas sejam consumidas internamente, enquanto as exportações podem cair levemente, em meio a uma maior competitividade internacional. Com isso, os estoques finais devem crescer de forma expressiva.

Para o arroz, a recomposição da produção nacional, aliada à perspectiva de queda nos preços internos, deve estimular a retomada das exportações. As importações permanecem estáveis e os estoques finais tendem a aumentar.

Por Agência Brasil - Com informações da Conab

Polícia Civil e Ministério Público: investigação de fraudes contra o Programa Universidade Gratuita

A Polícia Civil de Santa Catarina e o Ministério Público de Santa Catarina realizaram uma reunião estratégica, nesta terça-feira (08/07), para alinhar as ações institucionais e dar continuidade à investigação das fraudes contra o programa Universidade Gratuita. O encontro reforça o compromisso das duas instituições em apurar rigorosamente os desvios e garantir a transparência e a correta aplicação dos recursos públicos do Governo do Estado destinados à educação.

A investigação foi iniciada por solicitação do

Governador Jorginho Mello e está sendo conduzida pela Delegacia de Defraudações da Diretoria Estadual de Investigações Criminais. O Ministério Público tem acompanhado de perto o caso, atuando por meio da Subprocuradoria-Geral para Assuntos Institucionais e da 4ª Promotoria de Justiça da Capital.

A Polícia Civil e o Ministério Público seguirão trabalhando em conjunto para elucidar os fatos e assegurar que o programa Universidade Gratuita cumpra sua finalidade de promover o acesso à educação pública aos estudantes de baixa renda.



Operação "Pega-Ladrão" em SC: PCSC e PMSC cumprem 74 mandados de prisão.

Em operação conjunta, a Polícia Civil de Santa Catarina e a Polícia Militar de Santa Catarina deflagraram a operação "Pega-Ladrão" nas regiões da Grande Florianópolis e Joinville. Além disso, foram cumpridos mandados de prisão em outros estados, sendo um deles em

São Paulo, um no Pará e outro em Mato Grosso do Sul.

A iniciativa, que resultou no cumprimento de 74 mandados de prisão por crimes contra o patrimônio, reforça o compromisso do Governo do Estado em combater furtos e roubos, que tanto afetam a

segurança e a tranquilidade da população.

A determinação do Governador Jorginho Mello de enviar para a cadeia os autores desses crimes motivou a criação da operação. Para isso, o Comandante da PMSC, Emerson Fernandes, juntamente com os setores

de inteligência da PCSC (DINT) e da PMSC (ACI), uniram esforços para identificar e localizar indivíduos com mandados de prisão ativos.

"Parabenizamos e agradecemos a todos os policiais civis e militares que atuaram nesta operação. A efetividade do

nosso trabalho conjunto é crucial para garantir a segurança da sociedade catarinense. Por determinação do governador Jorginho Mello, vamos continuar nas demais regiões de SC. Aqui o bambu ronca!", afirmou o delegado-geral da PCSC, Ulisses Gabriel.

Plantação de maconha em Florianópolis

Na tarde de sexta-feira, 4, a Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC), por meio do 4º Batalhão de Polícia Militar (BPM), apreendeu 285 pés de maconha cultivados irregularmente em uma residência de Florianópolis. A ação foi desencadeada após denúncias sobre o possível cultivo ilegal de entorpecentes no local.

Durante o patrulhamento nas proximidades do endereço informado, um homem demonstrou comportamento suspeito ao avistar a viatura. Ele mudou de direção e arremessou dois celulares em uma área de mata. Após tentar fugir e resistir à

abordagem, foi contido pelos policiais.

Em seguida, os policiais se dirigiram à residência indicada. O morador tentou impedir a entrada da guarnição, trancando a porta ao perceber a aproximação. Parte da plantação pôde ser visualizada por uma abertura, o que, somado à resistência à abordagem, motivou o uso da força para ingresso no imóvel.

No interior do imóvel, foi localizada uma estufa equipada com iluminação e ventilação artificiais, utilizada para o cultivo de maconha. O responsável apresentou um salvo-conduto judicial



autorizando o cultivo de até 400 sementes para uso medicinal e pessoal. No entanto, foram encontradas 285 plantas em excesso, além de 465 gramas de ice, uma substância de alta concentração derivada da

cannabis.

Outros indivíduos estavam no local e se identificaram como usuários, embora não portassem substâncias ilícitas.

Diante dos fatos, os

envolvidos foram conduzidos à Central de Plantão Policial para os procedimentos legais. As plantas excedentes e os equipamentos de cultivo foram apreendidos, enquanto a quantidade autorizada judicialmente permaneceu no local, conforme orientação do juiz competente.

A Polícia Militar de Santa Catarina ressalta que o uso indevido de salvo-condutos representa um desvio grave de finalidade e continuará sendo combatido com firmeza, sempre com base na legislação vigente e no respeito às garantias constitucionais.



Ações contra Bolsonaro e aliados prosseguem

Por Luis Fernando F Costa* (advluisfernando4219@gmail.com)

Tramitam no STF – Supremo Tribunal Federal várias ações que buscam comprovar as provas já coletadas pela Polícia Federal e aceitas pela Procuradoria Geral da República. Por óbvio que o Princípio Constitucional da Presunção de Inocência deve ser, **sempre, respeitado!**

As bancas de advogados atuam na ampla defesa dos respectivos clientes e, conforme o andamento processual, mudam as estratégias da defesa e, às vezes, os RÉUS, seja por vontade própria ou aconselhado por advogados, trocam a Banca que os defendem, a fim de buscar provarem INOCÊNCIA, inclusive por nulidades processuais. As nulidades processuais podem determinar a baixa processual, mas não inocentam o RÉU.

No caso do atual Presidente, das 11 (onze) ações que tramitam e/ou ainda tramitam, existem 5 (cinco) Suspensas, uma Arquivada, duas prescritas e três absolvições. Assim, a Arquivada, em tese, não houve absolvição. As duas prescritas também não. As cinco suspensas, ainda não e, portanto, houve absolvição em apenas três das 11 ações judiciais contra ele.

Gratuidade de Justiça para Desembargador do TJDF – Antes de entrar nos casos do ex-presidente Bolsonaro e aliados, breve comentário sobre a concessão de “AJG” – Assistência Judiciária Gratuita (Gratuidade de Justiça) a um (dos 392) Desembargador. Publicada em alguns sites jurídicos, com o título: **STJ concede justiça gratuita a desembargador em ação de R\$ 2,18 mi.** Condenado ao pagamento de 5% do valor da causa, o magistrado sustentou que não dispõe de recursos suficientes para arcar com o custo sem comprometer o sustento familiar. A 1ª seção do STJ acolheu embargos de declaração para conceder o benefício da justiça gratuita a desembargador do TJ/DF, em ação rescisória ajuizada contra a União, cujo valor da causa ultrapassa R\$ 2,18 milhões. A maioria do colegiado acompanhou o voto do ministro Francisco Falcão, que identificou omissão na decisão anterior que havia negado o pedido. A Reviravolta ocorreu na sessão nesta quinta-feira, 5.6.25, pois o Ministro Francisco Falcão, responsável pelo voto de desempate que afastou a justiça gratuita anteriormente, votou pelo acolhimento dos embargos de declaração ao reconhecer que, à época, “restaram questões a pormenorizar”. S. Exa. destacou que o valor exigido como condição para o exercício do direito de defesa, mesmo para aqueles que têm condição econômica estável, “tem o condão de implicar gravemente na substância e na manutenção do

próprio autor e dos seus familiares”. O ministro ainda pontuou que a análise do pedido deve considerar as reais condições econômicas e financeiras do magistrado, restando evidente a possibilidade de comprometimento do sustento familiar no caso. Na mesma linha, ministro Afrânio Vilela se manifestou destacando a desproporcionalidade da exigência. Segundo S. Exa., os documentos apresentados demonstraram que o cumprimento do depósito acarretaria efetivo prejuízo ao magistrado e à sua família. Nesse sentido, concluiu: “Se for fazer o depósito de 5% que a rescisória exige, acredito que ele teria que ficar pelo menos uns 10 anos ou mais economizando para poder cumprir com essa obrigação”.

Interpretação autêntica – Ministro Gurgel de Faria acompanhou o entendimento, ressaltando a peculiaridade do caso concreto e a “interpretação autêntica” do ministro Falcão quanto à omissão nos embargos. Para Gurgel, é legítimo o posicionamento do ministro no sentido de que, no momento que proferiu o voto, não tinha informações suficientes para julgar. Já o desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) Sérgio Rocha esclarece que não se trata de uma dívida, mas sim, da exigência de um depósito prévio no valor atualizado de R\$ 682.230,00 (artigo 292, I Código de Processo Civil) e não de R\$ 125 mil, como divulgado na imprensa. A lide se arrasta há 35 anos e seria extinta, caso não deferida a Justiça Gratuita, sem apreciação do mérito. Informo que não depositaria o valor por inexistência absoluta de disponibilidade, como amplamente comprovado nos autos. E o pior, pela não antecipação do depósito, poderia ser condenado a pagar até R\$ 1.182.640,00 de sucumbência, sem ter o mérito de seu pleito apreciado. Isso ofende o senso de Justiça de qualquer cidadão, por mais rico ou pobre que seja, além de ferir os princípios da proporcionalidade e razoabilidade. A afirmação veiculada na imprensa da existência de investimentos é falsa. Ao contrário, está comprovada nos autos a existência de um empréstimo consignado de mais de R\$ 300 mil com descontos em folha de pagamento de parcelas de R\$ 6 mil contraídos para pagamento da faculdade de medicina da minha filha. Reitere-se que tudo está comprovado nos autos. Esclareço que meus únicos dois veículos, os quais foram citados na impugnação como sinais de ostentação de riqueza, são Pajero TR4, ano 2003, com 22 anos de uso, 269.726 km rodados e Kia Sorento, ano 2011, com 14 anos de uso e 204.924 km

rodados. Por fim, informo que a questão será devidamente apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Senti-me aviltado na minha dignidade cívica e jurídica, ao me deparar com a possibilidade de extinção da causa sem apreciação do mérito, por uma barreira financeira, depois de 35 anos de luta e dois acórdãos transitados em julgado a meu favor. Processo: AR 4.914

Fonte:
<https://www.migalhas.com.br/quentes/432018/stj-concede-justica-gratuita-a-desembargador-em-acao-de-r-2-18-mi>

Será que vale a máxima de Shakespeare: “Há mais coisas entre o céu e a terra do que pode imaginar nossa vã filosofia”.

Pois bem, como advogado atuante, desde meados de 2015, deparo-me, cotidianamente, com pessoas realmente sem condições de arcarem com as custas processuais, mas muitos juizes, através de “assessores”, denegam de plano, sem que a outra parte conteste a Gratuidade de Justiça o que pode ser uma anomalia jurídica. Baseiam-se no valor BRUTO do salário da pessoa. E aí é uma luta para reverter a negativa, mesmo que em todas as instâncias futuras. Fiquei curioso e pesquisei sobre a **Remuneração Bruta** deste Desembargador, (SXSX), que, em **junho 2025, foi de R\$ 114.240,97 com descontos de R\$ (-) 34.729,16 e o líquido foi de R\$ 79.511,81 e o mesmo não tem condições de arcar com as custas processuais? Fica a critério da/os leitora/es! Nós, advogada/os sofremos, diariamente, com a NEGATIVA da Gratuidade de Justiça, inclusive junto aos Cartórios, mas o Desembargador teve deferida a Justiça Gratuita!**

Pergunto: quantos dias efetivos de trabalho? Cálculo simples e perfunctório, sem embasamento legal: 365d-104d (sáb/dom=261-91 (férias/recessos/“feriados”)=sobra m uns 170 dias, sem contar os eventuais “enforcamentos” das segundas e/ou sextas-feiras. Como no Judiciário é difícil obter essas informações, ficamos nas ilações, sem certeza e afirmações de nada, pois são apenas ilações! No STF, STJ, TJ país a fora, as sessões de julgamento, normalmente, são em dois dias da semana, salvo ações de repercussão que acabam tendo sessões mais amiúdes. Não raro a semana é curta de terça a quinta nos moldes do Legislativo.

Vejam sobre Bolsonaro – Filipe Martins, ex-assessor internacional de Bolsonaro troca defesa na ação do plano de golpe (Fonte: CNN). O novo defensor é o mesmo de “kid preto”, por suposta participação no plano de mortes contra autoridades (punhal verde e amarelo). Advogado já

familiarizado com o caso. Jeffrey Chiquini, também atua em favor de Rodrigo Bezerra Azevedo, militar do Exército apontado pelas investigações como um “kid preto” (forças especiais) que teria dado apoio ao plano de mortes contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o seu vice Geraldo Alckmin (PSB) e o ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal). “Desde já, reafirmamos, de forma categórica, sua inocência — a qual será devidamente demonstrada e comprovada durante a instrução processual, com início previsto para o dia 14 de julho”, disse o advogado em comunicado. (...)

Advogado de Bolsonaro nega que tentou obter delação de Cid – O advogado Paulo Bueno, informou ao STF (Supremo Tribunal Federal) que não tentou obter informações sobre a delação do tenente-coronel Mauro Cid, nem conversou com ele por rede social. (...) “Não houve qualquer outra mensagem ou interação antes ou após esta, ocorrida no dia 14 de junho de 2024”, ressalta e que nunca interagiu com o perfil “Gabriela R” (@gabrielar702), que supostamente seria usado por Mauro Cid. “Acrescenta, ainda, que sequer sabia da presença do perfil ‘Gabriela R’ como parte de um grupo criado na plataforma, imaginando tratar-se de conversa restrita ao colega de profissão Luiz Eduardo Kunz, enviando um vídeo sobre direito processual penal, e que talvez houvesse encaminhado a mais uma pessoa ao mesmo tempo”, reafirma a defesa de Paulo Bueno.

Conhecidos de clube hípico – Também em depoimento à PF, o advogado Eduardo Kunz afirmou que conheceu Cid em um clube de hipismo. Em uma das ocasiões, encontrou Paulo Bueno e Cid conversando, em março de 2023. Eduardo Kunz reafirmou a versão de que manteve contato por aplicativos de mensagens entre março e maio de 2023. O advogado disse que Cid entrou em contato com ele primeiro, usando o perfil “Gabriela702”, em janeiro de 2024. Kunz, no entanto, nega que tenha tentado obter a delação de Cid. Apesar disso, confessou em depoimento que passou a informação à defesa de Bolsonaro no STF de que Cid usava o perfil “Gabriela R”. O advogado Celso Vilardi questionou Cid sobre o perfil durante depoimento no Supremo, mas CID negou. (...) Os advogados Paulo Cunha Bueno e Marcelo Câmara são investigados por possível obstrução de justiça e, ao prestar depoimento à PF, Paulo Cunha Bueno, que faz defesa de Jair Bolsonaro (PL), ficou em silêncio, enquanto Marcelo Câmara, que foi assessor do ex-presidente, negou qualquer tipo de contato com o tenente-coronel Mauro Cid ou seus familiares. O

advogado de Kunz informou que ele iria ficar em silêncio e que adicionou esclarecimentos em uma petição encaminhada aos autos. Em Brasília, e já preso preventivamente, ele disse não ter feito contato com a filha ou com a esposa do tenente-coronel e também informou que não sabia que seu advogado, Eduardo Kunz, fazia contato com o militar pelas redes sociais. O perfil como o nome da esposa de Cid foi citado por Celso Vilardi, outro advogado do ex-presidente, quando Mauro Cid prestava depoimento no STF. Além de investigado por obstrução, Câmara também é réu na ação penal do plano de golpe.

Moraes nega pedido de Braga Netto por prazo extra para alegações finais – O Ministro rejeitou ampliar o prazo de 15 (quinze) dias e manteve o cronograma para manifestações no inquérito que apura suposta tentativa de golpe em 2022, que culminou com as pessoas induzidas a invadirem a Praça dos Três Poderes e depredarem o Patrimônio Público e, algumas, já condenadas.

Muitos juizes estão apelando para a “ofensa à dignidade da Justiça”, quando advogados de defesa insistem em recursos que eles “deuses juizes”, entendem protelatórios e jogam para a tal “litigância de má fé” e dão multas aos advogados e/ou clientes, mas entendo que assim não deve ser, pois a CF88 garante o **amplo direito de defesa!**

Tércio Arnaud Tomaz – O ex-assessor especial de Jair Bolsonaro (PL), Tércio Arnaud Tomaz, prestou depoimento à Polícia Federal (PF) na quinta-feira (3.7.25), em Brasília, no âmbito das investigações sobre o chamado “**gabinete do ódio**”. Entre os 11 nomes mencionados pelos investigadores estão o do escritor e ideólogo Olavo de Carvalho, falecido em 2022; das deputadas federais Carla Zambelli (PL-SP) e Bia Kicis (PL-DF); e do empresário Luciano Hang, conhecido apoiador do bolsonarismo. Tércio negou a existência do núcleo estruturado para coordenar campanhas de desinformação e ataques virtuais. Também afirmou não reconhecer parte dos nomes mencionados pelos investigadores. Ele trabalhou próximo a Bolsonaro durante quase toda a gestão do ex-presidente, tendo atuado diretamente no Palácio do Planalto, e atualmente ocupa um cargo no Partido Liberal (PL). (Com informações da CNN Brasil).

***Analista-Tributário da Receita Federal, que é DO BRASIL, (Aposentado), Advogado42019, Perito7863, Contador8556, Professor LP2570/93, Reg. Prof. Jornalista 0014425DF e Ativista Social.**

Comando de Polícia Militar Rodoviária registra recorde de apreensões de drogas no 1º semestre de 2025

Fonte: CPMRv - Comando de Polícia Militar Rodoviária - Florianópolis - Por Cabo Maitê Prado de Almeida

A Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC), por intermédio do Comando de Polícia Militar Rodoviária (CPMRv), alcançou resultados expressivos no combate ao tráfico de drogas e ao crime organizado durante o primeiro semestre de 2025. O período foi marcado por um aumento significativo nas apreensões, consolidando o trabalho da corporação como referência na fiscalização das rodovias estaduais.



Apenas no primeiro semestre de 2025, foram apreendidas cerca de 12,7 t toneladas de maconha, em comparação as 3,4 t do ano anterior, número histórico para a corporação. Houve também um aumento expressivo nas apreensões de crack e skunk, ou seja, em 2024 foram apreendidos cerca de 1,74 quilos de crack, esse ano as apreensões ultrapassaram os 30 quilos, um crescimento de mais de 16 vezes em relação ao ano anterior. Já o skunk, droga de alto valor e periculosidade, apareceu de forma inédita nas estatísticas, sendo contabilizados cerca de 55,84 quilos apreendidos neste primeiro período do ano.

Além das drogas, o CPMRv apreendeu mais de 244 mil maços de cigarros contrabandeados, 10 armas de fogo e 333 munições. Essas ações representam prejuízo milionário para o crime organizado e reforçam a importância do trabalho integrado das forças de segurança.



Destaques também das operações de combate ao contrabando, onde foram apreendidos cerca 244.381 maços de cigarros, além de armas, munições e veículos utilizados em crimes.



Além disso, as apreensões causaram impacto direto nas finanças das organizações criminosas, com valores apreendidos superando R\$ 5,3 milhões em veículos e mercadorias.



O avanço nos resultados é fruto da intensificação das fiscalizações, do uso de inteligência policial e da atuação integrada com a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e outras unidades da PMSC. As operações conjuntas e o monitoramento constante das rodovias têm sido fundamentais para identificar rotas do tráfico e agir de forma preventiva.



O CPMRv mantém atuação diária nos 25 postos rodoviários do Estado, com equipes preparadas para enfrentar o crime, proteger vidas e garantir a segurança viária. O trabalho dos policiais militares rodoviários reflete dedicação, profissionalismo e compromisso com a ordem pública.

A intensificação das apreensões e o impacto direto no combate ao crime organizado reforçam a relevância do trabalho da Polícia Militar Rodoviária (PMRv). A divulgação desses resultados contribui para informar a sociedade sobre as ações de segurança pública e valorizar o papel das forças policiais na proteção dos catarinenses.



A PMSC segue firme no propósito de intensificar as ações de fiscalização e reafirma o compromisso com a segurança e a ordem nas rodovias estaduais.

TJSC avança no apoio à atividade jurisdicional com uso de inteligência artificial (IA)

O Poder Judiciário de Santa Catarina (PJSC) dá mais um passo na adoção da inteligência artificial (IA) para apoiar a atividade jurisdicional, com foco no uso responsável e estratégico das ferramentas. Entre as próximas ações previstas estão a concessão de licenças do Microsoft Copilot 365, versão aprimorada da ferramenta já disponível aos usuários, e a ampla capacitação em IA para magistrados e servidores do 1º grau.

A regulamentação para a concessão de até duas licenças por gabinete deve ser aprovada ainda em julho. Já a capacitação ocorrerá entre os dias 4 e 29 de agosto, com aulas presenciais e regionalizadas em todas as 112 comarcas. Nesta etapa inicial, serão formadas 33 turmas com 30 vagas cada, com atendimento às 400 unidades judiciárias do 1º grau.

Na visão da Academia Judicial, parceira da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) no projeto, o



objetivo é aprofundar a compreensão das ferramentas de IA, tornando-as úteis para aumentar a produtividade — especialmente em tarefas repetitivas — e liberar a equipe para atividades que exigem análise crítica e julgamento.

“O projeto engloba uma série de

ações para a difusão do uso responsável de IA no Judiciário catarinense. É a sequência da implantação do Copilot como ferramenta institucional de inteligência artificial generativa, em paralelo à aplicação de IA em diversas tarefas já integradas ao sistema eproc”, explicou o juiz

auxiliar da Presidência Fernando Rodrigo Busarello, responsável pelo Núcleo de Tecnologia e Inovação do TJSC.

A capacitação abordará desde conceitos básicos de IA até temas como privacidade e proteção de dados, ética no uso da tecnologia e engenharia de prompts, além de orientações para criação de chats e agentes personalizados que otimizem os processos de trabalho.

Essa nova etapa integra o programa iniciado em 2024, que já capacitou as unidades do 2º grau. Atualmente, o Judiciário catarinense conta com 900 profissionais treinados entre desembargadores e desembargadoras, assessores e assessoras e colaboradores da DTI. A iniciativa reforça a estratégia do PJSC de modernizar e inovar a Justiça, de forma a preparar a equipe para os desafios e as oportunidades da era digital. Conteúdo: NCI/Assessoria de Imprensa

TJSC confirma arresto de imóvel vendido por valor irrisório após inadimplência. Levantou suspeita

A 3ª Câmara de Direito Comercial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) manteve decisão que decretou o arresto cautelar e a indisponibilidade de um imóvel em Pomerode, em razão de indícios de fraude contra credores. O imóvel, avaliado em cerca de R\$ 6 milhões, foi vendido por apenas R\$ 165 mil após o devedor deixar de pagar a dívida.

O arresto foi determinado em uma ação pauliana, também chamada de ação revogatória, que permite ao credor anular atos praticados pelo devedor para prejudicar o pagamento da dívida, sobretudo em casos de insolvência ou má-fé. O arresto é uma medida que impede a venda ou transferência do imóvel para garantir a possibilidade de quitação da dívida.

O caso envolveu uma família que assumiu uma cédula de crédito bancário em julho de 2020 e deixou de pagar a dívida em março de 2022. Em abril daquele ano, a família negociou um imóvel de 1.000 m², com registro de venda em julho de 2022, por apenas R\$ 165 mil, quando o valor médio do metro quadrado em Pomerode

Imóvel, avaliado em cerca de R\$ 6 milhões, foi vendido por apenas R\$ 165 mil após o devedor deixar de pagar a dívida.



girava em torno de R\$ 6 mil.

A instituição financeira ajuizou a ação pauliana em agosto de 2024. A decisão de 1º grau decretou o arresto e a indisponibilidade do bem. Inconformada, a família recorreu ao TJSC com o argumento de que não há prova de fraude e que o fato de a dívida ter surgido antes da venda não basta para justificar o arresto.

O relator rejeitou os argumentos da defesa. “Indubitavelmente, o dano ao credor decorre da própria alienação de um bem quando já implementado o inadimplemento da obrigação, pois isso representa uma redução patrimonial cujos reflexos dificultam, quando não inviabilizam, a satisfação dos interesses e a garantia dos direitos do credor. (...) Ante os indícios de

má-fé na alienação do imóvel, a teor do descrito neste voto, é inviável o afastamento da cautelar de arresto deferida”, escreveu. Os demais desembargadores da 3ª Câmara de Direito Comercial do TJSC seguiram o voto do relator (Autos n. 5010784-34.2025.8.24.0000).

Fonte: NCI/Assessoria de Imprensa

Segunda edição do Concurso Público Nacional Unificado abre mais de 800 vagas para a região Sudeste

Com destaque para as capitais e cidade como São José dos Campos (SP), certame, há oportunidades para atuação em áreas como saúde, engenharia e pesquisa, com salários que podem chegar a R\$ 16 mil

A segunda edição do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) já está com edital publicado e inscrições abertas até o dia 20 de julho. Coordenado pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), o certame representa uma importante oportunidade para quem deseja ingressar no serviço público federal. São 3.652 vagas disponíveis em 32 órgãos e entidades, organizadas em nove blocos temáticos de áreas de atuação.

Para a região Sudeste, o CPNU 2 contempla 820 vagas, 22,4% do total do concurso. Serão 18 órgãos e entidades federais que receberão novos servidores com exercício no Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro ou São Paulo e a remuneração pode chegar a R\$ 16 mil. As capitais fluminense e paulista se destacam, mas há oportunidades no interior, como é o caso de São José dos Campos (SP), cidade com mais de 70 vagas disponíveis no Comando da Aeronáutica.

O Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), por exemplo, participa do certame com 73 vagas de analistas, em diversas especialidades, para a região. A maior parte (24) será destinada para o estado de São Paulo. O Rio de Janeiro e Minas Gerais terão, respectivamente, 12 e 2 servidores. No entanto, há ainda 35 vagas para o Sudeste cujo exercício será decidido conforme a necessidade de pessoal das superintendências, que poderão incluir representações no Espírito Santo.

As Forças Armadas também se fazem presentes com 252 oportunidades para tecnologistas, pesquisadores e outras especialidades. O Comando da Marinha espera receber mais de 100 novos servidores civis para exercício, principalmente, no Rio de Janeiro e em Arraial do Cabo (RJ). Já outros 78 foram solicitados pelo Comando da Aeronáutica, cuja maioria irá para São José dos Campos (SP), e 73 pelo Comando do Exército para atuar na capital do Rio de Janeiro.

Os ministérios da Saúde (MS), do Desenvolvimento Agrário



(MDA) e da Pesca e Aquicultura (MPA), subordinados à administração direta federal, terão 259 vagas no Sudeste. A grande maioria das vagas será para atender demandas da Saúde, enquanto os ministérios da Pesca e Desenvolvimento Agrário esperam lotar, na região, profissionais de engenharia especialistas nas temáticas das pastas.

No Ministério da Saúde, as oportunidades representam a chance de atuar em hospitais de referência, centros de pesquisa e institutos dedicados à saúde pública, contribuindo diretamente para a qualidade de vida dos brasileiros. No Rio de Janeiro, são 94 vagas no Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (INTO) e 75 no Instituto Nacional de Cardiologia (INC).

Para o secretário-executivo do Ministério da Saúde, Adriano Massuda, a segunda edição do Concurso Nacional Unificado reafirma o compromisso do Estado com o fortalecimento e a valorização do serviço público no Brasil. “Os profissionais que ingressarem nos institutos vinculados ao Ministério da Saúde terão a chance de atuar em centros de excelência, reconhecidos pela produção científica, pela inovação em saúde e pelo compromisso com o cuidado integral da população. Ao investir na qualificação e no reconhecimento dos servidores públicos, renovamos nossa missão de assegurar uma saúde pública de qualidade para todos os brasileiros”, disse.

Além disso, há diversas fundações e agências com vagas no Sudeste:

Agências reguladoras
Agência Nacional de Petróleo,

Gás Natural e Biocombustíveis (ANP): 55 vagas para o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais;
Agência Nacional de Mineração (ANM): 13 vagas para Minas Gerais;

Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS): 20 vagas para o Rio de Janeiro;

Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel): 9 vagas para a região;

Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq): 4 vagas para São Paulo e o Rio de Janeiro;

Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT): 13 vagas para a região;

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa): 14 vagas para o Rio de Janeiro

Fundações e Institutos
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro): 65 vagas para São Paulo;

Fundação Nacional de Artes (Funarte): 28 vagas para o Rio de Janeiro e São Paulo;

Fundação Biblioteca Nacional (FBN): 14 vagas para o Rio de Janeiro;

Instituto Brasileiro de Museus (Ibram): 1 vaga para o Rio de Janeiro.

Com foco na descentralização do acesso ao serviço público, o CPNU 2 amplia as oportunidades em todas as regiões do Brasil

DIVERSIDADE - Uma das inovações do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU 2) é a adoção de medida para promover a equiparação de gênero na segunda etapa do certame, correspondente à prova discursiva. O objetivo é corrigir distorções observadas na edição anterior, em que mulheres foram maioria entre os inscritos (56%) e presentes na aplicação da

prova (54%), mas representaram apenas 37% dos aprovados finais.

A iniciativa não configura reserva de vagas, mas assegura que o número de mulheres convocadas para a etapa discursiva seja, no mínimo, equivalente ao de homens, desde que cumpram a nota mínima exigida. A medida preserva os critérios de mérito e não interfere no resultado final da seleção.

O CPNU 2 também amplia o alcance das cotas raciais e sociais. Pela primeira vez, haverá reserva de vagas para indígenas (3%) e quilombolas (2%), conforme estabelecido pela nova Lei de Cotas. O percentual destinado a pessoas negras foi ampliado para 25%, e permanece a cota de 5% para pessoas com deficiência. Ao todo, as ações afirmativas somam 35% das vagas ofertadas.

Para garantir a aplicação das cotas mesmo em cargos com número reduzido de vagas, foi realizado um sorteio público prévio. Pela legislação, a reserva só se aplica automaticamente quando há pelo menos duas vagas (no caso de cotas raciais) ou cinco (para pessoas com deficiência). Com o sorteio, o CPNU 2 assegura a inclusão em todos os blocos temáticos, mesmo onde não haveria obrigatoriedade legal.

INSCRIÇÕES SOMENTE PELO SITE OFICIAL - Para garantir segurança e autenticidade das informações, o MGI reforça que todo o processo de inscrição deve ser feito exclusivamente pela página de inscrições da FGV. Qualquer outro canal é considerado não oficial. As informações completas e o link de acesso às inscrições estão disponíveis na página oficial do CPNU: [Link](#).

Cronograma – CPNU 2:

- Inscrições: de 2 a 20/7/2025
- Pagamento da taxa: até 21/7/2025
- Provas objetivas: 5/10/2025
- Divulgação do resultado da objetiva e convocação para a discursiva: 12/11/2025
- Envio de títulos: 13 a 19/11/2025
- Prova discursiva: 7/12/2025
- Procedimento de confirmação de cotas: 30/11 a 8/12/2025
- Divulgação da primeira lista de classificação: 30/1/2026

Fonte: Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

TCE/SC vê irregularidades sistêmicas e multa por licitação de R\$ 56 milhões

O Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) multou, em R\$ 22.933,67, o diretor executivo do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da região da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (Cim-Amfri), Jaylon Jander Cordeiro da Silva, em virtude de graves irregularidades no Pregão Eletrônico n. 02/2023. A licitação visava ao registro de preços para a compra de kits de robótica destinados a escolas da rede municipal de ensino dos municípios consorciados e foi cancelada pelo Consórcio após sustação cautelar do edital determinada pelo TCE/SC.

Na mesma decisão, o Pleno da Corte de Contas, na sessão ordinária híbrida desta quarta-feira (2/7), determinou ao Cim-Amfri que, no prazo de 90 (noventa) dias, implemente processos e estruturas de governança das contratações, como prevê a nova lei de licitações (Lei n. 14.133/2021), incluindo mecanismos de gestão de riscos e controles internos, com vistas ao aprimoramento da governança das compras e contratações realizadas, mantidas as medidas eventualmente já implementadas.

De acordo com o relator do processo (@RLA 23/00296718) e corregedor-geral do TCE/SC, conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Junior, foram constatadas irregularidades sistêmicas verificadas no planejamento da contratação e na definição da demanda pública.

Ele justificou que a anulação da licitação, por parte do Consórcio, por si só, não foi suficiente para afastar a imposição de multa. “A aplicação de sanção pecuniária mostra-se pertinente, não apenas em razão de seu caráter preventivo e punitivo, mas também por seu importante

valor pedagógico, diante da gravidade potencial das irregularidades identificadas, que, se não fossem interrompidas, poderiam comprometer significativamente a legalidade e a eficiência da futura contratação pública”, esclareceu.

Irregularidades

Entre as irregularidades apontadas estão: a ausência de justificativas técnicas para as especificações constantes no Termo de Referência; a não utilização de técnicas adequadas de estimação da demanda de kits de robótica; a realização de pesquisa de preços restrita a consultas diretas a fornecedores, sem a utilização de outras fontes independentes; e a ausência de justificativa para a adoção do critério de preço global para grupo de itens na fase de lances.

“Tais irregularidades, ainda que eventualmente não tenham culminado na realização do procedimento, em virtude da anulação do edital, são de natureza grave e estrutural, contaminando todo o procedimento licitatório, desde sua origem”, afirmou o relator.

Segundo ele, a fase de planejamento é elemento central e estruturante da contratação pública, e eventuais vícios nela existentes têm o potencial de comprometer, em cadeia, as etapas subsequentes do certame, como a definição do objeto, a estimativa de preços, a elaboração do edital e a própria seleção da proposta mais vantajosa.

O conselheiro Adircélio alertou para o fato de que os próprios secretários municipais de educação — representantes diretos das áreas demandantes — demonstraram não ter conhecimento acerca da licitação em questão, que envolvia objeto altamente específico e valores expressivos (previstos na ordem de R\$ 80 milhões). “Tal constatação reforça a fragilidade do processo de

construção da demanda no âmbito do consórcio público”, comentou.

O corregedor-geral mencionou também que a estimativa de preços foi baseada, exclusivamente, em cotações junto a dois fornecedores, “sem que tenha havido a devida comprovação de que tais empresas eram, de fato, revendedoras da solução pretendida”. Para ele, a ausência de juízo crítico sobre os valores apresentados nas cotações resultou na formação de um orçamento referencial com base frágil e suscetível a distorções.

Adircélio reconheceu o papel estratégico desempenhado pelos consórcios no fortalecimento da gestão pública dos entes, uma vez que são criados para promover a gestão associada de serviços públicos, inclusive mediante a realização de licitações compartilhadas. “Por isso, devem promover, com maior rigor, as práticas de planejamento qualificadas, fundamentadas e participativas”, observou.

Manifestações

O presidente do TCE/SC, conselheiro Herneus De Natal, lembrou que os consórcios são importante instrumentos de auxílio aos municípios nas licitações, mas que não estão isentos do controle externo exercido pelo Tribunal de Contas. Destacou que o trabalho preventivo exercido pela Corte de Contas não se restringe apenas às capacitações e orientações, “mas também pode se manifestar no aspecto coercitivo, após a realização de um trabalho concomitante, que dá efetividade ao controle, em tempo real, quando os atos administrativos ocorrem, e não posteriormente, depois de passado algum tempo”.

Herneus elogiou a profundidade do estudo da matéria pelo relator, “que nos permitem avançar com



os instrumentos que o TCE/SC detém atualmente”.

O vice-presidente da Corte, conselheiro José Nei Ascari, também cumprimentou o relator “pela sua percepção e sensibilidade em detectar, em fase bem inicial do processo, um problema que poderia ganhar grande dimensão”. Para ele, o TCE/SC deve sempre buscar o aperfeiçoamento de suas ações de controle “para perceber essas matérias que, num primeiro momento, aparentam simplórias, e, por vezes, não passam por um processo de seletividade, mas que ganham grande proporção em função da possibilidade de multiplicação junto a outras unidades gestoras”.

O conselheiro substituto Cleber Muniz Gavi também mencionou que o efeito multiplicador de um ato irregular é muito significativo. Para ele, a forma preventiva “é uma oportunidade muito precisa para o Tribunal atuar”. Gavi também citou, no caso específico, que “a nossa preocupação não deve ser somente na fase de aquisição dos kits, pois se trata de um material muito caro, mas também na necessidade de uma capacitação do professor para o uso desses materiais, sob o risco de termos produto adquiridos a alto custo em desuso”.

O conselheiro substituto Gerson dos Santos Sicca salientou que, ao não arquivar o processo e manter a análise e punição pelas irregularidades, mesmo diante da anulação da licitação por parte do Cim-Amfri, “o TCE/SC vai no sentido do espírito da lei de licitações, pois um dos propósitos da nova lei é justamente reforçar a fase

de planejamento da licitação”.

Ele entende que é “de extrema relevância que o Tribunal utilize cada vez mais as ferramentas de tecnologia para fazer o controle prévio e concomitante, identificando, em tempo real, irregularidades muito significativas”.

Relembre o caso

O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí lançou o Edital do Pregão Eletrônico 02/2023, para aquisição de kits de robótica educacional destinados aos municípios afiliados à Amfri. O valor estimado do pregão, realizado em 15 de maio de 2023, era de R\$ 82 milhões, mas a Flash Prestação de Serviços e Comércio Ltda. foi declarada vencedora com o valor de R\$ 56,5 milhões. Dois dias depois, a empresa foi desclassificada por não atender a item do edital. A segunda colocada, a Robot Innovation Ltda., foi convocada, e o processo estava em fase de habilitação.

O TCE/SC, por meio de decisão singular de 12 de julho daquele ano, expediu medida cautelar suspendendo o edital e dando prazo para que os responsáveis se manifestassem a respeito das irregularidades apuradas. A decisão foi ratificada pelos demais membros do Pleno em sessão virtual encerrada em 22 de agosto. Em 30 de agosto daquele ano, o Cim-Amfri anulou o edital de licitação.

Fonte: TCE/SC

O calor reescreve a história: FIFA prepara medidas inéditas para a Copa do Mundo de 2026

A FIFA está considerando medidas extremas contra o calor para a Copa do Mundo de 2026: intervalos de 20 minutos, pausas a cada 15 minutos e partidas apenas pela manhã ou à noite. O calor extremo forçou a FIFA a repensar regras de longa data para proteger a saúde dos jogadores de futebol.

A Copa do Mundo de 2026, que será disputada nos Estados Unidos, México e Canadá, pode se tornar o torneio mais desafiador em termos climáticos da história recente do futebol. Diante de temperaturas extremas que facilmente ultrapassarão 35 graus, a FIFA e a União Internacional de Jogadores de Futebol (FIFPRO) estão analisando uma série de medidas sem precedentes para garantir a saúde dos jogadores.

Entre as propostas mais avançadas está a extensão do intervalo de 15 para 20 minutos, uma decisão que representaria um marco na Copa do Mundo. A iniciativa surge em resposta às ondas de calor que afetaram várias partidas do Mundial de Clubes, quando foram relatados sintomas de desidratação, câibras e exaustão extrema.

Mudanças de horário: jogos pela manhã ou à noite

A segunda medida que ganha força nas

negociações é a proibição de jogos ao meio-dia e à tarde. A ideia é que as partidas sejam disputadas exclusivamente no início da manhã ou no início da noite, quando a luz solar diminui e a temperatura fica mais suportável.

De acordo com dados da FIFPRO, nove dos locais planejados nos EUA apresentam um risco muito alto de estresse por calor, um problema que preocupa treinadores e médicos da federação.

Essa mudança impactaria a organização geral do torneio e os contratos de transmissão televisiva. No entanto, dirigentes e jogadores concordam que o bem-estar físico deve prevalecer sobre todas as outras considerações.

Mais pausas para hidratação e apoio social nas redes sociais

Outra proposta central inclui interrupções a cada 15 minutos de jogo, com pausas obrigatórias para hidratação em ambos os períodos. Essa medida é corroborada por estudos que mostram que o calor intenso aumenta o índice de bulbo úmido, um indicador que mede o risco de hipertermia.

Os Estados Unidos, o México e o Canadá sediarão a maior Copa do Mundo da história... e talvez a mais quente.

Nas redes sociais, o debate aumentou depois que o jornalista Pablo Giralte compartilhou sua opinião na rede social X (antigo Twitter). Ele defendeu a medida, enfatizando que "É um passo lógico. O que



priorizamos? A saúde dos jogadores. Depois, reclamamos se algo ruim acontece".

A possibilidade de introduzir mais pausas e prolongar o intervalo gerou uma discussão acalorada nas redes sociais, com muitos usuários se perguntando se essas mudanças poderiam acabar diluindo a essência do futebol. Uma das comparações mais repetidas foi com o basquete, um esporte acostumado a parar o relógio a cada intervalo e dividir o jogo em segmentos curtos.

Entre a tradição do futebol e a influência do basquete

Enquanto alguns acreditam que interromper a cada quinze minutos e adicionar um intervalo extra transformaria as partidas em espetáculos excessivamente fragmentados, outros argumentam que a saúde deve ser a prioridade, mesmo que isso signifique alterar certos rituais históricos do esporte. Para um segmento de torcedores, o risco de o futebol se tornar cada vez mais semelhante a esportes com pausas técnicas frequentes é real e até preocupante.

A Copa do Mundo de 2026 pode marcar uma virada na relação entre esporte, tradição e mudança climática.

No entanto, também cresce a ideia de que a adaptação a um clima mais

hostil não significa perder nossa identidade. Pelo contrário: muitos argumentam que é hora de aceitar que o calor extremo veio para ficar e que os jogadores não podem mais ser expostos a temperaturas superiores a 35 graus sem um protocolo adequado.

Um precedente que pode transformar o futebol global

Embora as decisões finais dependam da aprovação do Conselho Internacional de Futebol (IFAB), tudo indica que a Copa do Mundo de 2026 estabelecerá um precedente para outras competições internacionais. A UEFA e a CONMEBOL já implementam pausas para hidratação em seus torneios quando as temperaturas ultrapassam 0°C, embora — se isso ocorrer — seja a primeira vez que uma Copa do Mundo masculina ajusta a

programação de todas as partidas e estende oficialmente a pausa regular.

O presidente da FIFPRO, David Aganzo, enfatizou que essas medidas não visam alterar o espírito do esporte, mas sim proteger a saúde de seus participantes diante da aceleração das mudanças climáticas. Segundo o dirigente, "o calor extremo não é mais uma exceção. Ele fará parte do novo normal, e o futebol precisa se adaptar".

Os próximos meses serão cruciais. Se a IFAB aprovar essas mudanças, a Copa do Mundo de 2026 entrará para a história não apenas pelo número recorde de seleções (48 seleções), mas também por se tornar o torneio que priorizou a saúde em detrimento dos negócios e desafiou as visões mais conservadoras do esporte.

